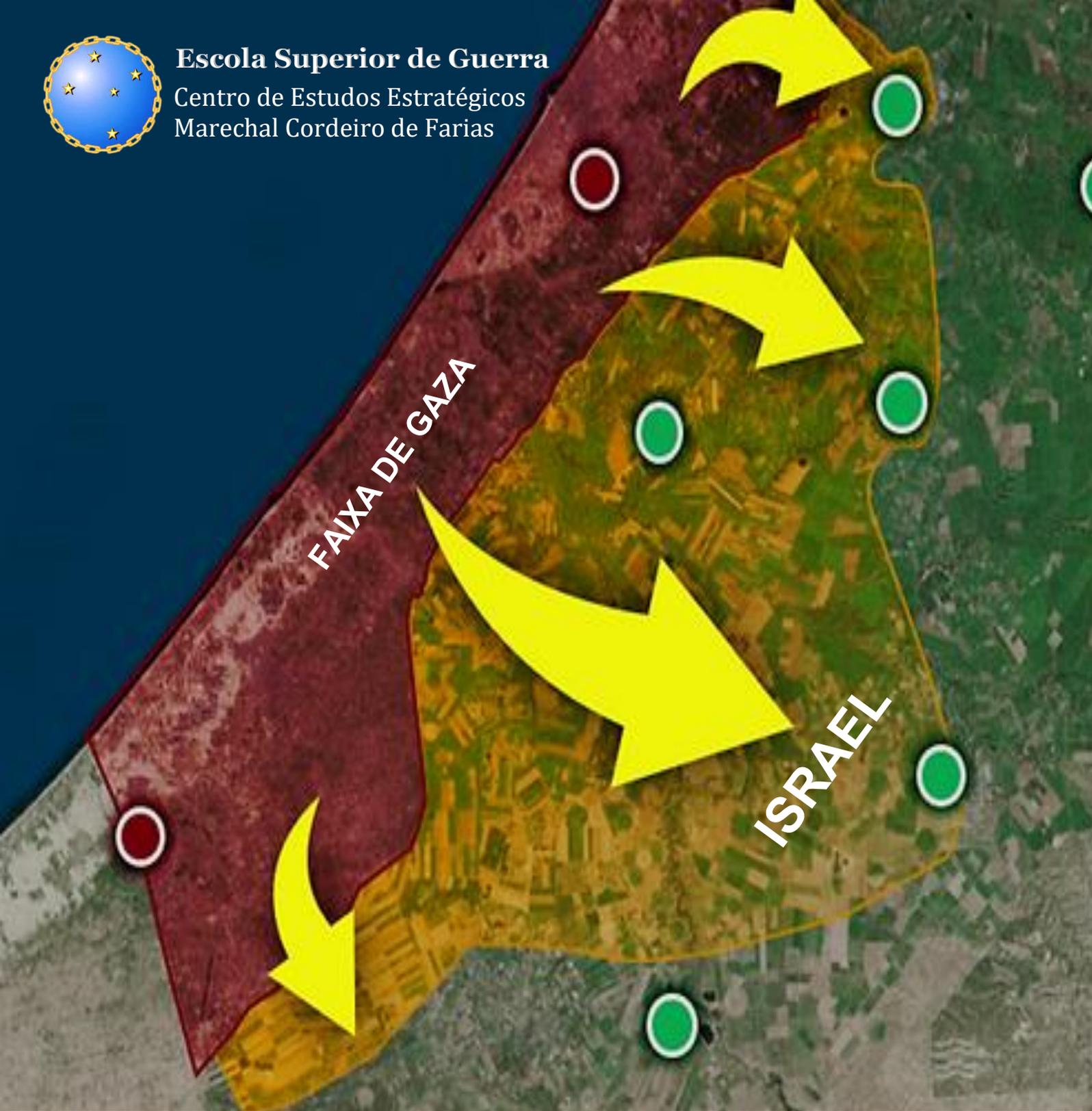




**Escola Superior de Guerra**  
Centro de Estudos Estratégicos  
Marechal Cordeiro de Farias



**O CONFLITO ENTRE O ESTADO DE  
ISRAEL E O GRUPO MILITANTE  
PALESTINO HAMAS DEFLAGRADO  
EM 7 DE OUTUBRO DE 2023 – LIVRETO 1**

# **O conflito entre o Estado de Israel e o grupo militante palestino Hamas deflagrado em 7 de outubro de 2023**

## **1. Apresentação**

O presente trabalho destina-se a analisar, de maneira sucinta, o recente conflito deflagrado na região sul de Israel, no dia 7 de outubro de 2023. A pesquisa se fundamenta em fontes abertas, em grande parcela hemerográficas, e possui viés metodológico qualitativo.

Em que pesem as referências ao sistema internacional como um todo, o recorte espacial das pesquisas se concentra no Estado de Israel, o qual se caracteriza por uma área de aproximadamente 22 mil km<sup>2</sup> (em termos comparativos, a metade do Estado do Rio de Janeiro), localizado na região do Oriente Médio e limitado a oeste pelo Mar Mediterrâneo, a norte com a República do Líbano, a leste com o Reino Haxemita da Jordânia e a República Árabe Síria, tendo ao sul limites com a República Árabe do Egito no estratégico Mar Vermelho, região do Canal de Suez. Além disso, possui, em tese, limites com um pretense Estado Palestino nas regiões de Gaza (litoral sul) e Cisjordânia (a leste).

Israel é uma democracia parlamentar, oficialmente intitulado um Estado Judeu e Democrático. Sua população gira em torno de 9 milhões de habitantes, a qual desfruta de elevado grau de desenvolvimento humano.

A construção contemporânea do Estado de Israel remonta ao fim da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial e à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, em abril de 1947, ao término do mandato britânico sobre a Palestina, um Comitê Especial das ONU propôs a partilha dessa área em um Estado judeu e um Estado árabe-palestino – o que hoje é reconhecida como “teoria dos dois Estados”. Neste contexto, em 14 de maio de 1948, ocorreu a Declaração de Independência de Israel, ato que foi prontamente referendado pelas duas grandes potências daquela época: os EUA e a então União Soviética<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Destaca-se aqui que a sessão de criação do Estado de Israel na ONU foi presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha. Esse Diplomata é reconhecido na política internacional por sua atuação como Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947, quando presidiu a Sessão que aprovou a Resolução nº 181, que contempla o Plano de Partilha da Palestina, estabelecendo a criação do Estado de Israel. A votação se deu por 33 votos a favor, 13 contrários e 10 abstenções. Os judeus aceitaram a partilha, mas os árabes não. Informação disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-1947-patria-dos-judeus-aprovada-por-assembleia-da-onu-10580790#ixzz8FjzvCBcD>.

Esses fatos, ocorridos em 1947 e 1948, desencadearam uma sequência de conflitos na região e, por isso, justificam o marco temporal desta pesquisa, iniciando-se em 1947 e alcançando a atualidade.

O texto divide-se em quatro partes. Além desta breve apresentação, seguem-se dados históricos que conformam os antecedentes da contenda de 7 de outubro de 2023. Procedem uma seção destinada à análise dos pormenores do conflito ora vivenciado e a conclusão da pesquisa.

Finalmente, cumpre ressaltar que, por se tratar de um trabalho acadêmico e sem embasamento em dados de caráter sigiloso ou classificado, o texto não caracteriza o posicionamento do Estado brasileiro e de suas instituições sobre o conflito.

## **2. Antecedentes**

O conflito histórico entre Israel e os palestinos é um dos mais complexos e duradouros da história mundial contemporânea. Ele envolve questões territoriais, políticas, religiosas e culturais, iniciadas no século 20, quando ocorreu a migração judaica para a Palestina, então sob domínio otomano e britânico. Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, a ONU aprovou o Plano de Partilha de 1947, que previa a criação de dois Estados: um judeu e um árabe, na região. Isso levou à fundação de Israel em 1948, o que gerou conflitos armados com os países árabes vizinhos e a população palestina.

Desde então, houve várias guerras, intifadas e negociações de paz fracassadas. A questão central é a disputa pela terra, com ambos os lados reivindicando direitos sobre áreas específicas. A questão dos refugiados palestinos, o status de Jerusalém e a segurança também são pontos de conflito<sup>2</sup>.

Como parte do Acordo de Oslo, estabelecido em 1994, entre Israel – liderado na época por Yitzhak Rabin<sup>3</sup> – e Organização para a Libertação da Palestina (OLP), liderada por Yasser

---

<sup>2</sup> O Hezbollah ou “Partido de Deus” surgiu na Revolução Islâmica no Irã, em 1979, com o intuito de difundir as ideias revolucionárias pelo mundo árabe. No Líbano, surgiu no contexto da Guerra Civil, em 1982, em oposição à ocupação israelense no país. Formou-se como uma milícia (cidadãos armados com um suposto poder policial) e, ao longo do tempo, tornou-se uma organização apoiada por grande parcela da população libanesa, envolvendo diversas atividades sociais e econômicas, especialmente no sul do país. Informações contidas em “Hezbollah: terrorismo, resistência e rupturas do sistema confessional libanês” – O Cosmopolítico, v. 5 n.1 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico>.

<sup>3</sup> Yitzhak Rabin foi um importante líder político de Israel. Ele nasceu em 1922 e faleceu assassinado por um radical israelense em 1995. Rabin teve uma carreira distinta nas Forças de Defesa de Israel (IDF) e desempenhou um papel fundamental na história do país. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/morte-de-yitzhak-rabin/noticia/morte-de-yitzhak-rabin.ghtml>.

Arafat<sup>4</sup>, é criada a “Autoridade Nacional Palestina” (ANP) ou autodeclarado Estado da Palestina, órgão governante das regiões autônomas palestinas da Cisjordânia e Faixa de Gaza. Após anos de hostilidade, reuniões secretas realizadas entre OLP e Israel, na Noruega, em 1993, levaram à assinatura da histórica Declaração de Princípios, na qual os dois lados concordaram com o reconhecimento mútuo e os termos pelos quais as funções de governo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza – ocupada por Israel desde a Guerra dos Seis Dias de 1967 – seria progressivamente entregue a um conselho palestino. Durante esse período – no que geralmente ficou conhecido como o processo de Oslo – israelenses e palestinos deveriam negociar um tratado de paz permanente que definiria o estatuto final desses territórios. Os acordos entre as partes determinavam que a ANP assumisse o controle da maioria das áreas povoadas dos territórios ocupados. A segurança dessas áreas caberia à polícia palestina.

Em 2011, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, entregou às lideranças da ONU uma carta solicitando a inclusão do Estado Palestino à essa entidade internacional, sendo este o tema principal da 66ª Assembleia Geral, ocorrida no mesmo ano.

Atualmente, as regiões da Cisjordânia e de Gaza são, respectivamente, administradas por dois movimentos políticos com braços militares: o Fatah e o Hamas.

O Fatah é um movimento político e organização palestina fundado em 1959 por Yasser Arafat e outros líderes palestinos. Seu nome é a sigla para “Movimento de Libertação Nacional da Palestina”. O Fatah desempenhou papel importante na luta pelo reconhecimento dos direitos dos palestinos e na busca pela independência do Estado Palestino. Durante décadas, o Fatah foi uma das principais facções palestinas envolvidas em negociações de paz com Israel e na administração da Autoridade Palestina, em algumas áreas da Cisjordânia.

O Hamas é a outra organização política e militar palestina, com uma presença significativa na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Seu nome, em árabe, é uma sigla que significa “Movimento de Resistência Islâmica”. Foi fundado em 1987, durante a Primeira Intifada, um levante palestino contra a ocupação israelense. O Hamas é considerado uma organização terrorista por diversos países, dentre eles os EUA. O movimento desconhece a existência do Estado de Israel e luta pela criação de um Estado Palestino independente. No entanto, suas táticas e objetivos têm sido altamente controversos.

---

<sup>4</sup> Arafat foi um líder palestino importante que desempenhou um papel significativo na política do Oriente Médio. Seu nome completo era Yasser Arafat, e ele nasceu em 24 de agosto de 1929, no Cairo, Egito, e faleceu em 11 de novembro de 2004 em Paris, França. Arafat foi o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e serviu como presidente da Autoridade Nacional Palestina. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/32353/hoje-na-historia-2004-morre-yasser-arafat-nobel-da-paz-e-lider-da-resistencia-palestina>.

Atualmente, à frente do governo de Israel, está o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, que lidera o partido Likud (em hebraico “Consolidação”). Netanyahu assumiu esse cargo em ocasiões pretéritas.

O Likud é um partido político de centro-direita. Apoia as políticas econômicas liberais, incluindo a promoção da livre iniciativa, cortes de impostos e medidas para atrair investimentos estrangeiros.

Netanyahu e o Likud são enfáticos quanto à segurança de Israel. Eles têm sido favoráveis a operações militares para proteger o país de ameaças, especialmente do grupo militante Hamas na Faixa de Gaza. Também, apoiaram a expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia.

Dentro deste cenário, nos últimos três meses, antes do ataque do Hamas de 7 de outubro, Israel enfrentou as piores tensões internas de sua história. O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu propôs uma reforma do Judiciário, a qual reduziria o poder do Supremo Tribunal e daria mais força ao Parlamento controlado pelo governo. Mais de 600 mil pessoas foram às ruas e protestaram contra a medida, fato que marcou a notória divisão da sociedade israelense.

Historicamente, Netanyahu e o Likud têm sido criticados por sua abordagem em relação ao conflito israelense-palestino, com poucos avanços nas negociações de paz durante seu mandato.

Netanyahu causou forte irritação aos palestinos e seus defensores ao apresentar, no dia 22 de setembro de 2023, durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU em Nova York<sup>5</sup>, um mapa do “**Novo Oriente Médio**”, deixando de considerar a existência da Palestina conforme consta na Figura 1.

---

<sup>5</sup> Para maiores informações, ver “Irã e Hamas tentam frear o surgimento do Novo Oriente Médio“. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/ira-e-hamas-tentam-frear-surgimento-do-novo-oriente-medio.shtml>.

Figura 1 - Mapa do “Novo Oriente Médio”.



Fonte: Netanyahu Shows Map of 'New Middle East' – Without Palestine – to UN General Assembly. Disponível em: <https://www.commondreams.org/news/netanyahu-map>.

O Irã e o Hamas são atores críticos à política do “**Novo Oriente Médio**”, pois esse entendimento visa a estabelecer um novo ordenamento na geopolítica da região e firmar um contraponto à queda da importância da economia petrolífera na área. A geopolítica do “Novo Oriente Médio” está, também, diretamente relacionada com a criação de uma alternativa à Rota da Seda chinesa, por meio de um traçado indo-europeu, passando pelo Oriente Médio<sup>6</sup>.

A criação do “**Corredor Econômico Índia-Médo Oriente-Europa**”<sup>7</sup>, como nova rota, promoveu uma aproximação inédita entre o Mundo Árabe e Israel (Figuras 2 e 3).

<sup>6</sup> Para maiores informações, ver “Estruturar alternativa para a Nova Rota da Seda é vital para EUA enfrentarem a China”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/06/21/estruturar-alternativa-para-a-nova-rota-da-seda-e-vital-para-eua-enfrentarem-a-china.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/06/21/estruturar-alternativa-para-a-nova-rota-da-seda-e-vital-para-eua-enfrentarem-a-china.htm>.

<sup>7</sup> Para maiores informações, ver “G20: EUA, UE, Índia, Arábia Saudita e outros países assinam acordo para alternativa à Rota da Seda”. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/g20-eua-ue-india-arabia-saudita-e-outros-paises-assinam-acordo-para-alternativa-a-rota-da-seda>.

Figura 2 – Corredores da Geopolítica Global.



Fonte: Centro de Estudos Estratégicos Cordeiro de Farias – ESG.

Figura 3 – Modais de transporte da Rota Índia-Médio Oriente-Europa.



Fonte: “O corredor econômico Índia-Oriente Médio-Europa: não faz sentido”. Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/noticia/o-corredor-economico-india-oriente-medio-europa-nao-faz-sentido/>.

Exemplo disso é a abertura de uma sinagoga nos Emirados Árabes<sup>8</sup>, ocorrida em fevereiro de 2023, e uma aproximação, mesmo que incipiente, com a Arábia Saudita<sup>9</sup>. No entanto, a criação do "Corredor Econômico Índia-Médio Oriente-Europa"<sup>10</sup> alija do processo o Irã, partícipe da Nova Rota da Seda chinesa<sup>11</sup>, fortalecendo Israel e Arábia Saudita, adversários e concorrentes do Irã no Médio Oriente.

### 3. O Conflito

O Grupo Hamas invadiu, no dia 7 de outubro de 2023, o território israelense, sendo essa ação considerada a de maior vulto desde que os exércitos árabes travaram a guerra do Yom Kippur, em 1973. Essa investida ocorreu, portanto, em uma data simbólica: um dia após o 50º aniversário do ataque surpresa do Egito e da Síria contra o Estado de Israel na precitada contenda.

Todavia, antes de iniciar a análise propriamente dita do conflito, cumpre salientar que, qualquer que seja a diagnose do sistema internacional nos dias atuais, não é possível desprezar a disputa hegemônica protagonizada pela China e pelos EUA. Nesse contencioso político-econômico-militar está contida a rivalidade entre a Nova Rota da Seda chinesa e a iniciativa do corredor econômico Índia-Médio Oriente-Europa, estando esse sob os auspícios dos EUA e de seus tradicionais aliados.

Fruto do referido embate sino-estadunidense, surge a hipótese de que a instabilidade política no Oriente Médio, decorrente do presente conflito deflagrado pelo Hamas, desfavorece o fluxo de mercadorias entre a Índia e a Europa e é bem-vinda pela Rota da Seda chinesa.

---

<sup>8</sup> Para maiores informações, ver "A 'primeira sinagoga construída especificamente no século do Mundo Árabe é inaugurada no Centro Inter-Religioso dos Emirados Árabes Unidos. Disponível em: <https://israelagora.com.br/mundo/arabes-israel/a-primeira-sinagoga-construida-especificamente-no-seculo-do-mundo-arabe-e-inaugurada-no-centro-inter-religioso-dos-emirados-arabes-unidos/>."

<sup>9</sup> Para maiores informações, ver "Ofensiva do Hamas prejudica negociações entre Arábia Saudita e Israel. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/10/08/interna\\_internacional,1573465/ofensiva-do-hamas-prejudica-negociacoes-entre-arabia-saudita-e-israel.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/10/08/interna_internacional,1573465/ofensiva-do-hamas-prejudica-negociacoes-entre-arabia-saudita-e-israel.shtml)."

<sup>10</sup> Para maiores informações, ver "G20 lança plano ambicioso para impulsionar comércio entre Oriente Médio, Índia e Europa". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/09/09/g20-lanca-plano-ambicioso-para-impulsionar-comercio-entre-orientes-medio-india-e-europa.htm#:~:text=%22O%20corredor%20econ%C3%B4mico%20%C3%8Dndia%2DOriente,%C3%A1rabes%20do%20Golfo%20e%20Israel>."

<sup>11</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a Nova Rota da Seda (*New Silk Road*) ou *Belt and Road Initiative* (BRI), ver "A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED)". Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11136/1/bepi\\_31\\_nova\\_rota.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11136/1/bepi_31_nova_rota.pdf)."

Prontamente, diversos Chefes de Estado e de Governo do mundo apresentaram declarações oficiais de cunho *westphaliano*, recomendando a reunião das partes envolvidas no conflito para a negociação de um acordo de paz ou de um cessar fogo.

Mas, quais seriam essas partes? O Estado de Israel e a ANP<sup>12</sup>? A segunda, além de não ser um Estado, não assumiu, até o presente momento, a responsabilidade pelo ataque ao povo judeu.

Há de ser considerado que a ANP é completamente fracionada. Ela não tem controle sobre o Hamas.

Assim sendo, qual seria a outra parte a convocar? O Hamas? Um grupo armado e que tampouco é um Estado?

A lógica *westphaliana* pelo que tudo indica, não logrará sucesso. Provavelmente, atores estatais indiretamente envolvidos no conflito devam ser as partes a convocar: o Irã, considerando-se seu público apoio político emprestado ao Hamas; ou o Egito, possível rota do suporte logístico às ações desencadeadas pelo Hamas, via litoral mediterrâneo e Península do Sinai. Talvez, por este viés, o nexó de Westphalia possa ter efeito.

Ainda no campo das narrativas, foram observadas diversas declarações de “especialistas nas questões árabes-israelenses”, afirmando a ocorrência de “terríveis falhas” nos sistemas de inteligência israelense e, ainda, de seu grande aliado, os EUA.

Julga-se pouco provável que isso tenha ocorrido. Em contraponto, acredita-se que a falta de apoio político ao Likud e à causa da segurança do Estado de Israel pelos demais segmentos políticos israelenses e da sociedade em geral, apontam para a hipótese de que os órgãos de inteligência estavam exaustos de insistir quanto à necessidade de retomar a postura mais conservadora quanto à segurança do país.

Dessa forma, surge a hipótese de que o governo israelense adotou a postura do “pagar para ver”<sup>13</sup>. Os líderes do Likud e os militares israelenses têm consciência de que uma ataque palestino a Israel redundaria em grande união nacional pela sua causa e que medidas de

---

<sup>12</sup> A Autoridade Nacional Palestina (ANP) foi criada por meio dos acordos firmados entre a Organização para Libertação da Palestina e o Estado de Israel, na década de 1990. Constituiu-se em poder independente e que representa a institucionalização da identidade nacional palestina. Instalou-se em Gaza e Jericó e se destina a negociar oficialmente o processo de paz com Israel e a gerência da transição de poderes entre as partes. Informações coletadas em “O reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina como Estado soberano”. Disponível em: [https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2019/09/mussa\\_qedan.pdf](https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2019/09/mussa_qedan.pdf).

<sup>13</sup> Para maiores informações, ver: “Oficial de inteligência do Egito diz que Israel ignorou repetidos avisos de ‘algo grande’ “. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2023/10/09/oficial-de-inteligencia-do-egito-diz-que-israel-ignorou-repetidos-avisos-de-algo-grande/>.

segurança seriam prontamente adotadas – como realmente aconteceu em considerável parcela da sociedade israelense<sup>14</sup>.

A partir de agora, com respaldo da lei e apoio político e da sociedade, as Forças de Defesa da Israel (IDF) passaram a dispor de liberdade de ação para combater os agressores ( Hamas e, possivelmente ocorra um engajamento do Hezbollah na fronteira norte), com o fito de lograr expansão territorial, tal como aconteceu nas guerras passadas, com a conquista da Cisjordânia, das Colinas de Golã e da própria Faixa de Gaza.

Não se supõe o extermínio total dos agressores. Em verdade, eles justificam a postura conservadora do Estado de Israel em termos de Segurança Nacional e os consequentes investimentos na constante modernização das IDF.

#### **4. Conclusão**

As raízes históricas do conflito árabe-israelense já moldaram quase duas gerações de antagonistas, de ambos os lados, que possuem uma hostilidade “medular” em suas sociedades.

Uma análise minuciosa e assertiva acerca da invasão do território israelense por forças do Hamas, torna-se de difícil consecução. Entretanto, levando-se em consideração que o serviço de inteligência de Israel é considerado um dos melhores do mundo e a intensa movimentação de combatentes e logística palestinos que antecederam as incursões por mar, terra e ar na região sul de Israel, é plausível que se forme uma ideia de que o Estado israelense tinha conhecimento do que estava por vir. Talvez, não com a intensidade experimentada.

A perspectiva quanto à suposta percepção israelense de um ataque palestino premente, juntamente com outras interpretações, como a falha na inteligência israelense, pode ser também considerada, levando-se em conta a difícil situação de governabilidade do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu na atualidade e o consequente fracionamento político-social no país, a cada dia mais evidente.

Após a invasão do Hamas, Netanyahu convocou os líderes dos partidos de oposição Yair Lapid, do Yesh Atid, e Benny Gantz, do Partido da Unidade Nacional, para formar um governo de emergência e união nacional durante o “Estado de Guerra”. A ação do Hamas ocorre em meio a protestos contra o projeto de reforma do Judiciário de Netanyahu. A proposta pode diminuir o poder da Suprema Corte que investiga diversas denúncias contra o Primeiro-

---

<sup>14</sup> Em 08 de outubro de 2023, imediatamente após o ataque do Hamas, o Gabinete de Segurança de Israel declarou oficialmente “Estado de Guerra”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/gabinete-de-seguranca-de-israel-declara-oficialmente-estado-de-guerra-apos-ataques-do-hamas/#:~:text=O%20gabinete%20de%20seguran%C3%A7a%20de,afirmou%20o%20comunicado%20do%20governo.>

Ministro por suposta corrupção. No dia 24 de julho, o Parlamento israelense aprovou parte da reforma. A oposição ao projeto atinge grande parte da população israelense.

A consolidação de um inimigo nacional comum já foi utilizada por várias vezes em escala mundial. A “Guerra ao Terror” e o ataque ao Iraque, por parte dos EUA e aliados, é um exemplo bem conhecido.

Uma contraofensiva israelense na Faixa de Gaza, quaisquer que sejam as reais motivações envolvidas no conflito, consubstancia a real união das instituições e do povo israelense contra o massacre acontecido em seu território. Também, robustece a posição liberal-conservadora do Likud, partido do Primeiro-Ministro, que se consolida como principal agente de retaliação contra o inimigo. Ainda, permite ao Estado israelense uma investida em território controlado pelo Hamas sem que haja forte contestação da mídia e das organizações internacionais.

Num contexto internacional amplo, não deve ser descartada a hipótese de que o conflito sofra influência da rivalidade hegemônica sino-estadunidense, com materialidade na consecução da Nova Rota da Seda e da iniciativa do Corredor Índia-Oriente Médio-Europa. A instabilidade política no Oriente Médio, seguramente, é favorável à proposta chinesa e indesejável aos interesses dos EUA e de seus parceiros.

Em conclusão, considera-se que a presente ação do Hamas contra Israel precipitou um conflito que tende a ser de proporções violentas e de prazo indeterminado. Também, julga-se que a uma solução pacífica a curto prazo é pouco provável, posto que a essência do Hamas não considera a existência do Estado de Israel e seu convívio com um pretense Estado Palestino numa mesma região.

Daí, cabe a suposição de que os israelenses se empenharão em resolver o atual problema como sempre o fizeram, valendo-se de sua doutrina: "Qualquer ação violenta contra o Estado de Israel será rechaçada por uma resposta imediata, violenta e desproporcional".

Quanto à postura brasileira sobre o conflito em escopo, cabe assinalar seu duplo papel no contexto internacional: presidente *pro tempore* do Conselho de Segurança da ONU e Estado-Membro e fundador da própria organização.

Como líder do Conselho de Segurança cumpre, ao Brasil, acionar os componentes do Conselho para que se reúnam e deliberem por uma rápida solução para a crise, com o mínimo de danos para as populações envolvidas e para o sistema internacional como um todo. Além disso, deverá posicionar-se para o cumprimento da “teoria dos dois Estados” – por mais utópico que isso possa parecer no momento –, com o fito de preservar as decisões e a institucionalidade da Organização.

Vale a pena salientar que a proposta de criação dos dois Estados adotada pela ONU foi defendida pelo Brasil, em 1947, na pessoa do brasileiro Oswaldo Aranha, e sustentada ao longo dos anos, demonstrando a coerência da Política Externa nacional.

Na qualidade de Estado-Membro da ONU, cabe o cumprimento dos preceitos constitucionais de manutenção da harmonia do sistema internacional, com a solução pacífica de qualquer controvérsia e do taxativo repúdio aos atos de terrorismo perpetuados.

\* \* \*